

ERRATA DO EDITAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS
Pregão Presencial nº 006/2018

Em razão do comunicado interno do Departamento de Contabilidade, ao qual expõe que por um equívoco a dotação orçamentária foi lançada divergente da correta, faz-se a presente errata para constar a dotação correta, ao qual seja: 02.0212.04.0009.2050 – Atividades da Superintendência de Transito SMT. Permanece inalterado todo o restante do edital. Não haverá prorrogação de prazo em razão de que tal dotação não infere prejuízo ou dificuldades de modificações para os licitantes.

Em razão da necessidade de comunicação junto ao Tribunal de Contas dos Municípios-GO, faz-se a presente republicação com a dotação orçamentária corrigida.

Quirinópolis-GO, aos 02 de fevereiro de 2018.

MARTHA AURELIA SILVA
Pregoeira

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2018

PREÂMBULO

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço por item

EDITAL DE PREGÃO Nº 006/2018

PROCESSO Nº 2018001147

DATA DA REALIZAÇÃO: 08/02/2018

HORÁRIO: 09:00 horas.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Quirinópolis – Auditório da Prefeitura.

Regência:

1 - Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

2 - Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, Art. 15, § 4º-

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico para a IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO-MONITORAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS atendendo ao Convênio 853934/2017 do Ministério da Justiça, conforme especificações constantes no Termo de Referência e Modelo de Proposta (anexos), que integra este Edital.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO.

Data: 08 de fevereiro de 2018

Horário: 09:00 h (nove horas)

LOCAL: Prefeitura Municipal de Quirinópolis – Auditório da Prefeitura.

Pregoeira Oficial: Martha Aurélia Silva

A Senhora **NUBIA THEODORO ARANTES OLIVEIRA**, Gestora Municipal; com a **Comissão de Licitação**, por intermédio da **PREGOEIRA OFICIAL**, tornam público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL – Processo nº 2018001147, objetivando a Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico para a **IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO-MONITORAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS** atendendo ao Convênio 853934/2017 do Ministério da Justiça, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e **Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006**, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame. A sessão de processamento do pregão será realizada após o credenciamento que será no auditório da Prefeitura Municipal de Quirinópolis, sito a Praça dos Três Poderes, nº 88, Centro, iniciando-se no dia 08 de fevereiro de 2018 e será conduzida pela pregoeira com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

2 - DO OBJETO:

2.1- A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, manutenção e suporte técnico para a **IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VÍDEO-MONITORAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE QUIRINÓPOLIS** atendendo ao Convênio 853934/2017 do Ministério da Justiça, conforme especificações constantes no Termo de Referência e Modelo de Proposta (anexos), que integra este Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

3.1 Somente será admitida a participação neste certame, de pessoas jurídicas, que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que detenham ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

3.2 Poderão participar desta licitação, as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes na elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

3.3 Comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos no Capítulo 7 **“DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO”**.

3.4 Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

a) Que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

c) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

d) Estrangeiras que não funcionem no País;

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular (deverá ser reconhecida em cartório), da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

c) O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

Obs: Os documentos mencionados no Item 4.1 deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, para a devida autenticação pela Comissão de Licitação;

d) Declaração de Pleno Atendimento.

e) As empresas de pequeno porte e as microempresas que pretendem utilizar-se dos benefícios previstos nos termos da LC 123/06, deverão apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial (Conforme Instrução Normativa nº 103, art. 8º do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, publicada no DOU de 22/05/2007) ou declaração da licitante em papel timbrado da empresa firmada por contador ou técnico contábil, de que se enquadra em uma dessas situações previstas no artigo 3º da Lei Complementar 123/06 ou outro documento que comprove tal situação validada pela Junta Comercial.

Obs: A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções prevista neste edital.

4.2. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.3. A ausência do Credenciado em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representado, salvo autorização expressa da Pregoeira.

4.4. O credenciamento será realizado antes do início da sessão.

4.5. Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues **separadamente** do envelope de habilitação.

4.6. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens 4.1 não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se das demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção.

4.7. O licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO, firmada pelo responsável pela empresa**, de que terá a disponibilidade, caso venha a vencer o certame, dos produtos licitados para realizar a entrega nos prazos e condições previstas e que se responsabiliza em substituir de imediato, os produtos entregues em desacordo com o anexo dos produtos, por um outro de melhor qualidade, sem quaisquer ônus para a Administração Municipal e desde que aprovado pelo MUNICÍPIO.

5. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. A reunião para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por uma Pregoeira, equipe de apoio e assessoria, em conformidade com este Edital e seus Anexos, na PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS, e se terá início às **09:00h do dia 08 de fevereiro de 2018.**

5.2. Os envelopes de Proposta e de Documentos de Habilitação deverão ser apresentados fechados, contendo em seu exterior, as seguintes informações:

PREFEITURA DE MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018 <u>ENVELOPE 01</u> PROPOSTA DE PREÇO RAZÃO SOCIAL:	PREFEITURA DE MUNICIPAL DE QUIRINÓPOLIS À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018 <u>ENVELOPE 02</u> DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO RAZÃO SOCIAL:
--	---

5.3. Inicialmente, será aberto a **PROPOSTA DE PREÇOS** e, logo após, o **ENVELOPE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

5.4. Os documentos apresentados pelas licitantes nas propostas de preços e nos documentos de habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Do envelope deverá ser apresentada declaração de que cumpre todas as exigências de habilitação e de que não existe fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;

6.2. A proposta deve possuir descrição do objeto, marca, quantidades e valores de cada item, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.

6.2.1. Razão social da licitante, - nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, se

possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco;

6.2.2. Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

6.2.3. Preço unitário e o preço total do item em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sendo que apenas o preço total da proposta será indicado em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;

6.2.4. Deverá ser descrito Marca e Modelo dos produtos e equipamentos ofertados, bem como apresentar os catálogos e datasheets de tais produtos para confirmação das características técnicas. Propostas sem indicação de marca e modelo serão desclassificadas.

6.3. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

6.4. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais;

6.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, devendo sempre oferecer um produto/serviço de 1ª linha de Qualidade.

6.6. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

6.7. Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores aos praticados no mercado, observadas as regras do artigo 48 da lei 8.666/93;

6.8. A Pregoeira considerará como formal erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

7 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO":

7.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.2 – Habilitação Jurídica:

7.2.1- Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.2.2- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, alterações caso houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

7.2.3- Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea 6.2.2, deste subitem;

7.2.4- Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

7.2.5- Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

7.3 - Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) prova de regularidade junto a Secretaria da Receita Federal (SRF) e prova de regularidade junto a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN);

c) certidão de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede da licitante;

e) prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) – Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho (CNDT), expedida pelo Poder Judiciário – Justiça do Trabalho, certificando que a empresa licitante Não Consta do Banco Nacional de Devedores Trabalhista, certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

7.4. Os licitantes deverão anexar ao Envelope de Habilitação, em forma de declaração, sob as penalidades cabíveis, a documentação complementar de que: Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, III, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93;

7.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.5.1. A qualificação técnica será comprovada através da apresentação Capacidade Técnica Operacional e Capacidade Técnica Profissional.

7.5.2. Para fins de **Capacidade Técnica Operacional**, a licitante deverá comprovar:

a) Prova de registro com a devida regularidade da empresa perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA com jurisdição no Estado em que for sediada a Empresa Proponente. A prova de regularidade dar-se-á através da Certidão de Pessoa Jurídica do CREA em vigor na data da entrega das propostas.

b) Atestados, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a empresa tenha executado contratos de fornecimento (aquisição ou locação), instalação, prestação de garantia “on-site” 24x7, com manutenção preventiva e corretiva, compatíveis em características, quantidades e prazo com o objeto deste TERMO DE REFERENCIA (Vídeo-monitoramento Urbano). Sendo para comprovação de compatibilidade a seguinte quantidade mínima em um único atestado da solução:

- a) Fornecido, instalação e configuração Software de Monitoramento, Gerenciamento e Gravação de Imagens;
- b) Fornecido, instalação e configuração de pelo menos 11 (onze) câmeras de monitoramento urbano do tipo speed dome;
- c) Fornecimento, instalação e configuração de servidor de armazenamento;
- d) Fornecimento e instalação de nobreak de 10kva ou superior;
- e) Fornecimento e instalação de pelo menos 11 (onze) postes com base de concreto e aterramento;
- f) Fornecimento e instalação de mesa controladora (joystick);
- g) Fornecimento e instalação de Monitores de Led;
- h) Fornecimento e instalação de switches;
- i) Fornecimento e Lançamento de no mínimo 7.500 metros de fibra óptica aérea com aprovação da concessionária de energia elétrica local;
- j) Treinamento para operação do sistema;

c) Prova que possui em seu quadro (matriz ou filial), na data da entrega da proposta, Responsável Técnico habilitado perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA sendo Engenheiro Eletricista, ou Eletrônico, ou Telecomunicações (de acordo com as atribuições privativas dadas pela Resolução 218 do CONFEA).

c.1) A prova de que a empresa possui os profissionais citados no item anterior em seu quadro funcional e do registro no CREA, dar-se-á da seguinte forma:

I) em se tratando de sócio da empresa, a prova será feita por intermédio da apresentação do Contrato Social ou Ato Constitutivo;

II) no caso de empregado, mediante cópia da carteira de trabalho ou outro documento legal que comprove o vínculo empregatício, nos termos da legislação vigente;

III) no caso de contrato de serviço, o mesmo deverá ser apresentado na íntegra em original ou cópia autenticada;

IV) para comprovação do registro dos profissionais junto ao CREA, deverá ser apresentada a Certidão de Registro de Pessoa Física, da região da sede da empresa.

7.5.3. Para fins de **Capacidade Técnica Profissional**, a licitante deverá comprovar que possui, Responsável Técnico habilitado perante Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA sendo Engenheiro Eletricista, ou Eletrônico, ou Telecomunicações (de acordo com as atribuições privativas dadas pela Resolução 218 do CONFEA) detentor de **Atestado Técnico-Profissional**, acompanhando da respectiva Certidão de Acervo Técnico (C.A.T.) emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, comprovando que o Responsável Técnico da licitante, executou serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta licitação da seguinte forma:

- a) Instalação e configuração Software de Monitoramento, Gerenciamento e Gravação de Imagens;
- b) Instalação e configuração de pelo menos 11 (onze) câmeras de monitoramento urbano do tipo speed dome;
- c) Instalação e configuração de servidor de armazenamento;
- d) Instalação de nobreak de 10kva ou superior;
- e) Instalação de mesa controladora (joystick);
- f) Fornecimento e Lançamento de no mínimo 7.500 metros de fibra óptica aérea;
- g) Projeto de Fibra óptica aérea contemplando levantamento de campo, desenho técnico e aprovação junto a concessionária de energia;

7.5.4. A licitante deverá apresentar declaração informando que o(s) profissional(is) detentor(es) do atestado(s) técnico será(ão) o responsável(is) pela execução dos serviços.

7.5.5. A licitante deverá apresentar declaração informando que o Responsável Técnico possui treinamento referente as normas NR10 (segurança em instalações e serviços de eletricidade) e NR35 (trabalho em altura). Deverão serem apresentados os devidos certificados.

7.5.6. A licitante deverá comprovar possuir equipamentos de elevação podendo ser por exemplo (caminhão com cesto, elevador, grua, e/ou outros que viabilizem o acesso as câmeras e postes, podendo o mesmo ser próprio ou locado, onde o vínculo da propriedade do veículo deverá ser comprovado através de contrato de locação e/ou a apresentação do documento de propriedade do(s) veículo(s) (Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) ou contrato particular de compra e venda, com firma reconhecida em cartório, ou qualquer documento hábil que comprove a propriedade do mesmo).

7.5.7. A empresa deverá possuir máquina de Fusão e OTDR, podendo o mesmo ser próprio ou alugado, onde o vínculo da propriedade do equipamento deverá ser comprovado através de contrato de locação, e/ou a apresentação da Nota Fiscal do equipamento.

7.6. DA VISITA TÉCNICA

7.6.1. A licitante interessada em participar do Pregão, DEVERÁ apresentar declaração de vistoria. A vistoria tem por finalidade avaliar a realidade existentes e tornar registrado o pleno conhecimento das proponentes acerca das dificuldades para a execução do objeto e, conseqüentemente, assegurem que o preço ofertado pela licitante seja compatível com as reais necessidades do Município. A necessidade de estipulação dessa exigência é determinada pelo tipo de objeto/encargo que será realizado pelo futuro contratado, bem como as condições que envolvem o local onde ele será executado, onde as condições do local são peculiares e relevantes para a execução do contrato e não podem ser expressas de modo detalhado e específico no instrumento convocatório, então, é de suma importância que os particulares as conheçam pessoalmente, pois do contrário, restará inviável a identificação, pelo particular, do real esforço a ser empregado na execução do ajuste, o que prejudica o dimensionamento adequado dos custos, ensejando a elaboração de propostas imprecisas.

As empresas interessadas em participar do certame licitatório deverão realizar visita técnica no local onde será executado o serviço, examinando, tomando ciência das características, localidades e eventuais dificuldades para execução do objeto, posto que não serão aceitas alegações posteriores quanto ao desconhecimento dessas informações.

7.6.2. A **visita técnica** é única e obrigatória e deverá ser feita do dia **29/01/2018** até o dia **02/02/2018**, sendo recomendável o agendamento, junto ao Departamento de Licitações e Contratos, desta prefeitura, através dos Telefones: 64 3615-9100, ramal 922.

7.6.3. As empresas interessadas deverão efetuar visita técnica aos locais onde serão executados os serviços, verificando as condições para sua execução.

7.6.4. Após a visita técnica o representante da Prefeitura, fornecerá declaração comprobatória que deverá ser juntada no envelope nº 2.

7.6.5. As empresas licitantes que não apresentarem a Declaração de Visita Técnica serão automaticamente DESCLASSIFICADA do certame.

7.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- a)** Certidão Negativa de Falência, Concordata e de execução patrimonial;
- b)** Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da proponente, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- c)** A comprovação da boa situação financeira da empresa proponente será efetuada com base no balanço apresentado, o qual deverá apresentar resultado igual ou superior a 1 e deverá ser formulada, formalizada e apresentada pela empresa proponente, assinada por profissional registrado no Conselho de Contabilidade, aferida mediante índices e fórmulas abaixo especificadas:

- $ILG = (AC+RLP) / (PC+ELP) \geq 1$
- $ILC = (AC) / (PC) \geq 1$
- $ISG = AT / (PC+ELP) \geq 1$

- **Onde:**

- ILG = índice de liquidez geral
- ILC = índice de liquidez corrente
- ISG = índice de solvência geral
- AT = ativo total
- AC = ativo circulante
- RLP = realizável em longo prazo
- PC = passivo circulante
- ELP = exigível em longo prazo
- PL = patrimônio líquido

7.8. - Disposições Gerais da Habilitação:

7.8.1. É facultada a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste edital, pelo comprovante de registro cadastral para participar de licitações junto à Administração Direta do Município de Quirinópolis no ramo de atividade compatível com o objeto do certame.

7.8.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 30 (trinta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO:

8.1 - No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

8.2 - Após o credenciamento, as licitantes entregarão a pregoeira a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

8.3 - A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

8.3.1 - Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

8.3.2 - Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta dos demais licitantes;

8.3.3 - Preço fora de mercado;

8.4 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.5 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.6 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

8.6.1 - Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;

8.6.2 - Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três).

8.6.3 - No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.7 - A pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.8 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa

da ordem de lances.

8.9 - Os lances deverão ser formulados por item, em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima, que será estipulada pelo pregoeiro e equipe de apoio no ato do pregão, aplicável inclusive em relação ao primeiro.

8.10 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, com exceção da melhor proposta.

8.11 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.12 - A pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.13 - Após a negociação, se houver a pregoeira examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.14 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.15 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.16 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

8.16.1 - substituição e apresentação de documentos, ou;

8.16.2 - verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.17 - A verificação será certificada pela pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.17.1 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação no prazo estipulado, a licitante será inabilitada.

8.18 - Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas, a pregoeira, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Quirinópolis.

8.19 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.20 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as

condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.21 - Quando for constatado o empate, conforme estabelece os Artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, a pregoeira aplicará os critérios para desempate em favor da microempresa ou empresa de pequeno porte. Após o desempate, poderá a pregoeira ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

9 DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis anterior à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos o presente edital, sendo protocolado somente fisicamente na sede da prefeitura municipal de Quirinópolis-GO.

9.2. A licitante poderá impugnar os termos editalícios desta Pregão Presencial quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem, até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, sendo protocolado somente fisicamente na sede da prefeitura municipal de Quirinópolis-GO.

9.3. Caberá a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24:00h (vinte e quatro horas);

9.4. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, desde que altere a proposta;

9.5. A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

9.6. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da lei 8.666/93.

10 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

10.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência

do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

10.3 - Interposto o recurso, a pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

10.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10.5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 - A adjudicação será feita pelo item do objeto.

11 - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

11.1 - O objeto da presente licitação iniciará sua execução após celebração do contrato, pelo período de 12 meses.

11.2 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

11.2.1- se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

11.3 - O objeto será entregue pelo vencedor do certame à Prefeitura Municipal de Quirinópolis, nas condições de fornecimento proposto apresentados na proposta.

12 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

12.1 - O objeto da presente licitação será executado conforme item 11.1

12.2- Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG), emitido pela Secretaria Municipal do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

12.3- Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

12.3.1 - se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

13- DA FORMA DE PAGAMENTO:

13.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 10 (dez) dias úteis da entrega de cada produtos e/ou serviços, de acordo com que forem sendo executados, acompanhado da devida Nota Fiscal indicando o número do contrato, e mediante Termo de Conclusão emitido pelo

Superintendente de Tecnologia da Informação.

13.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 05 (cinco) dias após a data de sua apresentação válida.

14 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

14.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02 % (dois por cento);

b) a partir do 6^o (sexto) até o limite do 10^o (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11^o (décimo primeiro) dia de atraso.

14.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Quirinópolis** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

14.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

14.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

14.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Quirinópolis, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

14.3.3. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

14.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, o Município de Quirinópolis solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de

Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

14.5. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda proceder à cobrança judicial da multa;

14.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Quirinópolis.

14.7. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte do Município de Quirinópolis o respectivo valor será descontado dos créditos que por ventura possuir junto ao Município, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa;

14.8. Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

15 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

15.1 A despesa decorrente desta licitação correrá por conta dos recursos financeiros do convênio nº853934/2017 e por contrapartida municipal:

- 02.0212.04.0009.2050 – Atividades da Superintendência de Transito SMT
- 449052.123 - equipamento e material permanente
- 339039.100 – outros serviços de terceiros

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2 O resultado do presente certame será divulgado no placar da Prefeitura Municipal de

Quirinópolis.

16.3 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na sede da Prefeitura Municipal de Quirinópolis, após a celebração do contrato.

16.4 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela pregoeira.

16.5 Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo de Proposta;

Anexo III – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento ao edital;

Anexo IV – Modelo de Declaração Requisitos de Habilitação;

Anexo V – Modelo de Declaração de Empregador;

Anexo VI – Modelo de Declaração de Atestado Técnico-Operacional;

Anexo VII – Modelo de Declaração de Diferenciado ME EPP;

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Disponibilidade e Entrega;

Anexo IX – Minuta de Contrato;

Anexo X – Modelo de Atestado de Visita Técnica.

18.6. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Quirinópolis - GO.

Quirinópolis – GO, 29 de janeiro de 2018.

MARTHA AURÉLIA SILVA
Pregoeira